



Anais da Assembléia

N.º 76

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Facci e Nelson Friedrich.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 42/81

Curitiba, 17 de junho de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 20 de maio de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado do Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Obras Públicas, objetivando a prestação de assistência técnica e coparticipação em estudos que visam a "Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná", nos Estados signatários.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM 43/81

Curitiba, 17 de junho de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 12 e 22 de maio do corrente ano, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e, respectivamente, os Municípios de MEDIA-NEIRA e ITAPEJARA D'OESTE, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infraestrutura industrial nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob os números DTL/38, 39 e 40/81, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:

155/80 — Do Sr. Deputado RENATO LOURES BUENO, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de CASCAVEL, a área urbana de propriedade do Estado do Paraná, denominada "RESERVA V", conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.460. — Anote-se. Arquite-se.

161/80 — Do Sr. Deputado JOSÉ DOMINGOS BORGES TEIXEIRA, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO NOS-SA SENHORA DO ROCIO", com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.458. — Anote-se. Arquite-se.

164/80 — Do Sr. Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA — ARA, com sede na cidade de TOLEDO, o qual convertido em Lei tomou o número 7.459. — Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARGARIDA FELDMAN, ocorrido em São Paulo.

Requer outrossim, seja dada ciência deste requerimento à família enlutada, no seguinte endereço: Estélio Feldman, jornal "Folha de Londrina", Rua Piauí, 241 — Londrina.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvida a Casa, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de regozijo pelo trans-

curso do 26.º aniversário de criação do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981
(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

Umuarama, município desmembrado de Cruzeiro do Oeste, ascendeu, no plano político, econômico, social e cultural do Estado do Paraná, em virtude do labor exaustivo e produtivo de sua população.

Grande produtor de café, algodão, soja, arroz, feijão e milho, contribui, com importante parcela, na geração de moedas fortes para o Brasil. A sede municipal, na cidade de Umuarama, centraliza as atividades de toda a região e lidera os movimentos populares que têm sacudido o Paraná nos últimos tempos, em defesa da liberdade e da democracia.

Na data em que é festejado o 26.º aniversário da criação do Município de Umuarama, a Assembléia Legislativa não poderia silenciar. Ao contrário, deve manifestar seu intenso regozijo, porque, através da consagração do voto na sessão de hoje, está prestando significativa homenagem a um povo ordeiro, trabalhador e patriota.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício aos Srs. Presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado e Coordenador Regional do INCRA, solicitando providências com a maior brevidade possível, para a regularização do chamado "POUSO No. 4", também conhecido como "POUSO PALMITO", situado na localidade de "Cerro da Lola" no Município de Toledo, com área aproximada de 40 alqueires, conforme requerimento n.º 070/81, do Sr. Vereador Wilmo B. Marcondes, da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Solicitamos uma solução sem demora para essa situação irregular, das terras do Pouso Frio, onde estão envolvidas mais de dez famílias, sendo que a maior posse não atinge a seis alqueires.

Aguardamos com a máxima urgência as providências necessárias, para tão conflitante problema social de Cerro do Lola, do Município de Toledo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a implantação urgente no Distrito de São Pedro, no Município de Toledo, de Terminal Remoto de Telefonias ou a Central Telefônica, conforme requerimento no. 074/81, do Sr. Vereador Germano F. B. Schwerger, da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O acima solicitado, prende-se ao fato de que o Distrito de São Pedro está em franco desenvolvimento e já conta com Monocanal Telefônico, sendo que nada mais justo a implantação de Terminal Remoto Telefônico que seria um coroamento tecnológico a serviço de uma comunidade tão progressiva e laboriosa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando informações sobre a previsão do início da pavimentação da PR-585, estrada Toledo - Vera Cruz D'Oeste, conforme requerimento n.º 048/81, do Sr. Germano F. B. Schwerger, da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o apressamento do início dessa pavimentação é de suma importância para a região em tela, pois irá proporcionar um acelerado desenvolvimento econômico, turístico e social.

Diante do exposto acima, é que solicitamos às autoridades competentes a especial atenção que o caso requer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER manifestação do Poder Legislativo do Paraná, dirigida aos Ministros do Planejamento, e dos Transportes, DELFIN NETO e ELISEU RESENDE respectivamente, encarecendo a necessidade de fixação de efetivas tarifas sociais no transporte coletivo urbano.

Solicita dessas autoridades federais a adoção de tarifas sociais de baixo custo com subsídios na venda de combustíveis para esse fim, no percentual de 50 por cento sobre o valor atual que é de Cr\$ 32,50 o litro.

Sugere ainda que se façam estudos para que a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU, adote urgentemente sistema de transporte de massas em todos os centros urbanos com mais de cem mil habitantes, com veículos especialmente construídos para esse fim, de molde a se instituir a tarifa social.

Sugere, ademais, que se promovam estudos para formação de empresas municipais públicas, associadas à EBTU, para que os transportes urbanos se ajustem a uma perspectiva eminentemente social.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Com os sucessivos aumentos das passagens urbanas, a população sente-se cada vez mais estrangulada no seu orçamento doméstico. O Governo precisa adotar, com urgência, medidas que beneficiem o usuário.

As empresas concessionárias alegam que os aumentos são incontornáveis e que os custos de pneus, óleo diesel, TRU, lubrificantes, peças, seguros, etc., são repassados ao usuário.

Alguns exemplos dos preços das tarifas: Florianópolis, Cr\$ 16,00; Porto Alegre, Cr\$ 19,00; São Paulo, Cr\$ 21,00; Belo Horizonte, varia de Cr\$ 5,00 a Cr\$ 20,00; Campinas, Cr\$ 15,00; em Curitiba, Cr\$ 13,00.

Em Londrina, por exemplo, o preço da passagem passou de Cr\$ 7,00 para Cr\$ 13,00 e no próximo dia 1.º de julho deverá subir para Cr\$ 19,00. Em 60 dias, aumento de quase 200 por cento. Uma família que possui dois membros na ativa, vai gastar, após o aumento, uma média de Cr\$ 3.500,00 por mês, contando 22 dias úteis.

O Governo tem um leque de opções, todas visando beneficiar o trabalhador. Resta passar da palavra, à ação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício ao Sr. ALÉSSIO VAZ PRIMO, DD. Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A, solicitando a instalação de um "POSTO AVANÇADO" nas cidades de Sertaneja e Rancho Alegre, até que haja disponibilidade de patente para a instalação da Agência do Banco do Brasil naquelas cidades.

Sertaneja e Rancho Alegre são indubitavelmente municípios que se destacam no alto índice de produtividade agrícola, especialmente nas culturas de soja, milho, trigo e de forma acentuada na cafeicultura e pecuária.

Na atualidade os municípios contam tão somente com uma agência bancária particular, ressentindo-se da falta de uma instituição bancária oficial, o que onera, sobremaneira, o custo para os pequenos e médios proprietários que têm que se locomover até outras cidades para a apresentação de suas propostas de financiamentos e na busca de outros serviços, perdendo dias de trabalho e arcando com despesas de locomoção, entre outras.

O atendimento à presente reivindicação fará justiça aos milhares de homens que, no campo, têm contribuído para, produzindo, gerar divisas para o Brasil.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) DEL CIEL

Projeto de lei:

PROJETO DE LEI Nº 60/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de BRAGANEY, com sede na localidade do mesmo nome, e território desmembrado do Município de Corbélia, com as divisas seguintes:

I — AO NORTE — divisa com o Distrito de Iguatu: do Rio Tourinho, onde divide com os lotes 10 e 13 da Gleba 10, segue a divisa dos mesmos até alcançar a divisa do lote 11 - A com o 12-B da Gleba 10 e seguindo por ela até o Rio Veado, descendo este até a barra do Rio Novais, subindo o Rio Novais até a divisa das Glebas 8 e 9 pelos lotes 85, 81 e 09, e com os lotes 26 - 25 - 24 da Gleba 08, até alcançar o Rio Sapucaí ou Rebouças.

II — A OESTE — divisa com a sede do Município: da divisa das Glebas 8 e 9 pelos lotes 82 da Gleba 09 com o lote 2 da Gleba 08, que se encontra com o Rio Sapucaí ou Rebouças, subindo suas águas até a barra do Rio Piquirizinho, subindo as águas deste até a barra do Rio Bonito, subindo o Rio Bonito até alcançar a divisa do Município de Corbélia com o Município de Cascavel;

III — AO SUL — divisa com o Município de Cascavel: do Rio Bonito seguindo a divisa do Município de Corbélia com o Município de Cascavel, até alcançar o Rio Tourinho;

IV — A LESTE — divisa com o Município de Guaraniaçu: do Rio Tourinho onde divide com o Município de Cascavel, desce suas águas até alcançar a divisa dos lotes 10 e 13, da Gleba 10, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE

APOIAMENTO: José Domingos, Gabriel Sampaio, Werner Wanderer, Antônio Facci e Egon Pudell.

PROJETO DE LEI Nº 61/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Francisco Beltrão passa a contar, a partir da próxima legislatura, com 11 (onze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei Complementar número 02, de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios, o número de vereadores em cada Legislatura poderá ser alterado por Lei Estadual, levando-se em consideração o número de eleitores inscritos no Município até 180 dias antes do pleito municipal.

De acordo com os dados levantados junto ao Tribunal Regional Eleitoral, o Município de Francisco Beltrão conta com um eleitorado expressivo, comportando a elevação para onze os Vereadores com assento na Câmara Municipal, que ora propomos e que esperamos contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 62/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "RECANTO SOMOS TODOS IRMÃOS", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública, tem por objetivo atender em regime de creche, as crianças de até seis (06) anos de idade, preparando-as para uma vida em sociedade, na orientação física, mental e moral, visando sempre o bem-estar e o futuro aos assistidos pelo Recanto Somos Todos Irmãos.

Razão porque apresentamos o presente plano de lei, esperando dos nobres Pares o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado David Cheriegate.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz. (Ausente).

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Nelton Friedrich.

O SR. ROMERO FILHO — Pela ordem. Solicitaria a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e o Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

Há número para prosseguimento da Sessão.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna.

O primeiro, o que recebemos de Brasília por parte do Senador José Richa, que estará hoje na tribuna do Senado, segundo informações de seu Gabinete, por telefone, comentando vários aspectos da situação do Paraná, em especial o seu comentário sobre a proposta feita aqui, em nosso Estado, sobre o ressarcimento em função de Itaipu.

Em dias passados, conceituado jornalista, proprietário de uma cadeia noticiosa em Curitiba, levantou a tese do aproveitamento da energia de Itaipu a custo zero, ao nosso Estado, como forma de ressarcimento de alguns prejuízos que o Paraná vem tendo com a política energética do Governo.

“Essa tese retoma reclamos do meu Estado — diz o Senador José Richa — sob o modo como vem sendo tratado pelo Governo da União. No projeto de Itaipu estavam previstas as seguintes obrigações:

- destinação de uma cota de 7% da energia gerada, para o nosso território, além de projetos de desenvolvimento para a área afetada pelas inundações, especialmente nas proximidades da represa; além da Rodovia da Soja, e outros empreendimentos.

Nenhum desses compromissos, exceção de alguns aspectos da urbanização de Foz do Iguaçu, foram atendidos. Este ainda precariamente.

Estão em processo de implantação novas usinas no Paraná, tanto em suas divisas: Ilha Grande, Taquarussu, Rosana, como dentro de seu território. E em todas essas obras, sente-se o processo de espoliação que o Paraná vem sofrendo. Além disso, obras como a Central do Paraná, construída pelo Governo do Estado e entregue a União, não foram, até agora assumidas efetivamente pela mesma, e saldadas as suas dívidas, nem o principal, nem o acessório.

O meu Estado não tem recebido, também, equitativamente às obras realizadas pelo Poder Central, em qualquer setor, sentindo-se diminuído, sentindo a discriminação dos órgãos federais. Isto em um Estado que tem contribuído com grande parcela de produção e divisas para o desenvolvimento do País.

A tese do jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho é de cunho paranista e tem a sua oportunidade, mas não se contrapõe à União, apenas visando ter perfeita justiça na distribuição de encargos e benefícios entre o Estado e a mesma União.

Numa das cláusulas do Tratado de Itaipu, entre os governos paraguaio e brasileiro, está previsto o pagamento das partes contratadas, através da Binacional, de “royalties” a custo indenizatório. No mesmo Anexo desse Tratado, na parte referente às bases financeiras e de prestação de serviços da eletricidade de Itaipu, quando fala dos custos de serviços de eletricidade, consta, em quantidade necessária para o pagamento desses “royalties” às partes contratantes, calculados ao equivalente a 650 dólares americanos, por giga-watt/hora gerado e medido na Central Elétrica. E esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a 18 milhões de dólares dos Estados Unidos, em razão da metade para cada parte. O pagamento será efetuado mensalmente na moeda disponível por Itaipu”.

E continua o resumo desse trabalho proposto pelo Senador do PMDB, José Richa: “Entendemos que esse pagamento é devido ao Paraná e não à União, e portanto, exigimos que se cumpra desta forma, a indenização parcial a que o Paraná tem direito pelos prejuízos decorrentes de Itaipu, com o repasse dos valores propostos. Na construção das demais hidrelétricas, não abdica os dos nossos direitos territoriais às margens dos rios, nem à linha d’água dos cursos dos rios de divisas, especialmente quando se está falando da Ilha Grande, Taquaruçu e Rosana”. “Tão pouco — Senhor Presidente e Srs. Deputados, prossegue o trabalho —, estamos aceitando que essa obra seja feita por delegação da ELETROBRÁS, à revelia dos interesses maiores do Paraná. Os recursos que nos são de justiça e que ora pleiteamos, gostaríamos que fossem destinados às novas contribuições que o Paraná pretende dar ao País, porém, dentro de um programa que implique no real desenvolvimento do Estado”.

E conclui o Senador paranaense: “O atual Governo do meu Estado se demitiu dos graus de responsabilidades de representar o Estado no plano federal. Devido a essa omissão, os problemas levantados pelas Lideranças Sociais do Paraná, somente

agora afloram com grande intensidade, já não apenas pedindo, mas exigindo os direitos do meu Estado, direitos legítimos de um Paraná espoliado e que está perdendo 5% do seu território, as suas terras mais férteis, a sua mão-de-obra mais qualificada, enquanto a política energética do Governo e seus administradores, comprometem, pela incompetência e pelo desvario administrativo, tanto o Paraná quanto o País”.

Senhor Presidente, este é o resumo do trabalho que o Senador estará expondo no Congresso Nacional, mas nós, devido até a curiosidade que vem em cima dessa questão, procuramos hoje pela manhã, logo que tivemos o recebimento dessa síntese, conseguir junto à Binacional Itaipu, uma cópia do Tratado Brasil-Paraguai, porque só possuíamos em castelhano e indo ao escritório da Binacional aqui em Curitiba, obtivemos esse exemplar, e não há dúvida que efetivamente, confere em todos os aspectos, com esta pretensão proposta nesse trabalho feito através do representante, no Senado da República, porque é muito clara esta posição que é prevista exatamente quando no Anexo C, “Das Bases Financeiras e de Prestação de Serviços de Eletricidade a Itaipu”, há uma previsão de pagamento de “royalties” às altas partes contratantes, calculado no equivalente de 650 dólares dos Estados Unidos da América por Kw-hora gerado e medido na Central Elétrica. Esse montante não poderá ser inferior anualmente a 18 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão da metade para cada alta parte contratante.

O pagamento dos “royalties” será realizado mensalmente, na moeda disponível por Itaipu.

Senhor Presidente, isso implica, acima de tudo, a oportunidade, a tempestividade, a legalidade desta posição do nosso Senador, para que o Paraná receba o repasse disso que está sendo previsto no próprio Tratado e que significam, na verdade, milhões e milhões de dólares anualmente, e se o Estado do Paraná é que está carregando este ônus social, econômico e político, e que está perdendo parte da sua geografia física, não há porque não só endossarmos a sua luta, como ampliarmos esse trabalho, e registrarmos mais uma vez aqui, a felicidade, a oportunidade com que o empresário das comunicações deste Estado, levanta a questão, só que agora no nosso entendimento, tomou um novo direcionamento para obrigar, exigir respeito aos nossos direitos, tanto junto à União, como especialmente junto à ELETROBRÁS e outros órgãos que poderão pretender dinamizar esses próprios recursos a título de “royalties” e acima de tudo e como bem conclui o Senador, a importância de nós chamarmos à responsabilidade o Governo do Paraná, devido a gravidade da questão, como disse o Senador, que o Governo desse Estado, se demitiu dos graus de responsabilidade, de dirigir o Estado e de representá-lo no plano Federal.

Porque aí, estaria a questão básica, de exigir o retorno, a transferência, o repasse, desses valores ao Estado, que é o único que está carregando com todo este ônus.

Tem o aparte o Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência eminente Líder, da nossa Bancada do PMDB, mais uma vez, traz à consideração da Casa, do pulmão político do Paraná, que não está a respirar o oxigênio necessário para a sua vitalidade, traz uma reposta da Oposição, as perdas que o Paraná tem tido, no longo desses anos, e para não tomar muito tempo de Vossa Excelência, que aborda com prioridade, os legítimos interesses do Paraná, que declaradamente estão se esvaindo na incompetência de governos a governos. E quero fazer rapidamente, Deputado, a lembrança, o que foi o contestado no Paraná, senão uma perda do território paranaense, os litígios de divisa, com Santa Catarina quando ainda foi instituído o Estado de Santa Catarina, perdendo as fronteiras dos campos de Lages, e posteriormente, as divisas que foram colocadas ao bel prazer do eminente Governador ainda Governador do primeiro mandato Lupion, quando estabeleceu a divisa no Rio Negro, quando a divisa do Paraná, haveria

de adentrar um pouco mais no Estado de Santa Catarina, e o que dizer, Deputado, da falta de competência do Paraná, na reivindicação do pólo petroquímico, e o que poderíamos dizer agora, da exploração do xisto, que é um problema energético de nível nacional, e o Estado do Paraná gastando as suas minguadas receitas, tomando posições que a União deveria com o Estado do Paraná, e por conseguinte, eminente Deputado Nelson Friedrich, as fronteiras agrícolas dos nossos dias, das usinas hidrelétricas servindo ao pano do Governo Federal, impedindo que o próprio Estado do Paraná faça até as suas usinas, para dinamizar a sua companhia de Energia Elétrica. E o que dizer, ainda o que dizer de Itaipu. Não seremos nós, Deputados, os salvadores deste Estado, mas os paranaenses, principalmente, dos paranaenses por adoção que quero crer, sem desrespeito algum aos nascidos no Paraná, nós paranaenses, por adoção, porque adquirimos a cidadania paranaense, com maior lucidez do que aquele que aqui nasce, estamos a reclamar uma posição firme, decidida, determinada do Governo do Estado do Paraná, com relação ao retorno daquilo que o Paraná tem perdido. Ainda nesses dias, estive nesta tribuna, solicitando ao Governo, e fazendo um pronunciamento, o Estado do Paraná tem Cr\$ 600.000.000,00, de verba de Educação que a Previdência Social está sonhando do Estado do Paraná, sem dizer do SENAI, do SENAC, do SESI, mas eu quero dizer mais, eminente Deputado que isso faz parte até do sistema vigente, veja os pronunciamentos que Deputados Federais têm feito a respeito do Projeto Jari, da Carajás, do ouro que é expedido franca e favoravelmente aos estrangeiros; dos projetos gicás, e mais recentemente, das falcatruas que se pretendia fazer, nas terras do Aripoanã mais uma vez, lesando o sistema cooperativista do Estado do Paraná.

O Paraná é um Estado, desses Estados que não mais poderão surgir, porque foi surgido para ser lesado. E nessas condições, nós paranaenses, maiores produtores de soja temos sido lesados frequentemente com o confisco cambial. E os cafeicultores sendo lesados todos os dias, nas barbas e sob a proteção do Governo.

E os jornais, muitas vezes, cobram dos paranaenses, a falta de competência para reivindicação das nossas metas, dos nossos direitos. Então é hora, não só da Oposição, mas de todos os paranaenses de boa vontade, de consciência e de responsabilidade, ombrearmos juntos, estas metas de fazer do Paraná, um Estado de respeito, de ordem e de progresso; mas sobretudo onde Governos assumam as suas posições de mandatários supremos da Unidade da Federação.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte.

Ficou bem claro, principalmente nas suas últimas colocações: a não assunção por parte de muitos mandatários, da sua responsabilidade maior, de defender os interesses dos seus concidadãos, exatamente no exemplo típico nosso, aqui do Paraná.

E eu até me louvo aqui, de uma manifestação do Deputado Gernote Kirinus, quando num pronunciamento recente sobre o assunto trazia alguns dados muito pertinentes à matéria.

Dizia ele: — “Que exatamente é quase inacreditável, como se criam e se edificam hidrelétricas em territórios paranaenses, sem uma consulta prévia à população, ao Governo do Estado e muito menos à esta própria Assembléia.

Mais uma vez somos os bons anfitriões, de uma obra que trará imensos benefícios para o País e mais precisamente para o desenvolvimento industrial do Triângulo Mineiro, de São Paulo, Rio de Janeiro. Enquanto isso nós aqui, haveremos de arcar mais uma vez sozinhos não só com a inundação de nossas terras férteis, mas também com a expulsão de nossa gente laboriosa. E o que é pior, tudo isso acontece diante do silêncio do Palácio Iguaçu”.

E dizia ainda mais o nosso companheiro Gernote Kirinus faço questão de inserir nessa nossa colocação nessa tarde. Se São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais têm suas fontes de energia elétrica limitada, ou até mesmo esgotadas, a ponto de não poder ampliar mais o seu já inflacionado parque industrial; por que não, industrializar o Paraná? Por que não fazer da nossa fonte de energia hidrelétrica, uma bandeira para atrair para cá as indústrias? Mas o Paraná está sendo forçado, a entregar suas fontes energéticas, para alimentar a indústria e o progresso de outros Estados, em detrimento do nosso desenvolvimento.

A Itaipu Binacional representa o Estado do Paraná, além da perda de 42.440 pessoas de sua população ativa, a perda de 835 quilômetros quadrados de sua área; e 209 mil, 830 toneladas de produtos de sete principais culturas; ou seja: soja, trigo, milho, feijão, mandioca, arroz e café.

A perda dessa gente e sua produção significam o valor de Cr\$ 1.744.774.000,00 que deixarão de circular por ano, no campo e correspondente ao ICM, numa proporção de 11% chegando a quase duzentos milhões de cruzeiros. A hidrelétrica de Ilha Grande arrebatará do território paranaense, 1.370 quilômetros quadrados de sua área e será responsável pela perda de 250.848 toneladas de suas principais produções agrícolas, significando a vultosa soma de cinco bilhões de cruzeiros, correspondendo em ICM, mais de seiscentos milhões de cruzeiros. O território de 18 países do mundo não alcançam a área que será inundada conjuntamente pela Binacional Itaipu e Ilha Grande e que será arrebatado do povo paranaense, sob seu veemente protesto e corajoso testemunho patriótico e sob o incompreensível silêncio e acatamento do Palácio Iguaçu.

Por esta e outras razões, que nós nos somamos a esta posição que antes nós fazíamos referências.

E se somam portanto, os pronunciamentos, as alegações, as afirmações e nós não vemos uma atitude concreta que possamos partir para uma ação decisiva. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o problema é, na verdade, político; o problema é de ausência; o problema é do entreguismo indireto; o problema é que quando se cala, está se consentindo.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Nelson, eu me preocupei e venho me preocupando desde há dias quando comparecia nesta Casa, para fazer uma palestra, uma conferência, sobre “energia a custo zero”, o nosso Diretor da “Gazeta do Povo”. E eu fiquei, que não tinha estudado até então, sobre o assunto, preocupado quem deveria pagar esta “energia a custo zero”. Achei interessante a necessidade de que o Paraná fosse recompensado pelos prejuízos, pelas inundações, pelo desemprego. E procurei estudar, e descobrir e tomar conhecimento, do tratado Brasil-Paraguai e pude verificar de que a Itaipu Binacional, pagará ao Governo do Paraguai e ao Governo brasileiro, em “royalties”, uma determinada importância para cobrir esses prejuízos.

E estou inscrito, nobre Deputado, para amanhã falar exatamente sobre isso. Estou preparando um trabalho, formulando um apelo à nossa Bancada Federal, de que gestione junto ao Governo Federal, no sentido de que, faça com que esses “royalties” que devem ser entregues pela Itaipu que voltem ao Governo do Paraná, a fim de subsidiar empresas que queiram se instalar e aumentar o nosso parque industrial, procurando compensar estes inúmeros desempregos causados pelas inundações, pela área que nós estamos perdendo.

É válido, mas quero ressaltar, nobre Deputado, que não há o silêncio do Governo do Estado. Sabe bem Vossa Excelência que o Executivo procura sempre defender os interesses do Estado, junto aos Ministérios, junto aos órgãos competentes. E quanto tem uma solução, traz a público. Não é como nós, do Legislativo que procuramos defender os interesses do povo, vindo à tribuna e divulgando; o Executivo tem por obrigação procu-

rar solucionar. E eu tenho certeza que o nosso Governador Ney Braga não está ausente e está procurando trazer os recursos de uma maneira de compensar os prejuízos que o Paraná está tendo com esta inundação.

Muito obrigado, pelo aparte que me concedeu.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. É que exatamente Vossa Excelência traz a sua efetiva participação e contribuição, em torno dessa questão. Mas o que nos chama especialmente a responsabilidade e até nos deixando surpresos, é quando nós vemos que o Governo do Estado não tem tido a respeitabilidade pelo que nós produzimos; um Estado tão pródigo em produção e tão órfão em benefícios. E o Poder político, no nosso entendimento, está muito aquém, exatamente, da importância econômica, social, política e cultural do Paraná. E aí é que nós nos pegamos. Por quê? Quais são as causas geradoras dessa desassistência; do desrespeito; por que nós somos efetivamente órgãos da União, não só nos cargos públicos? Não só na atividade de primeiro e segundo escalões da União; mas basicamente na realização concreta de obras de cunho social; nós poderíamos aqui desfilar aquilo que normalmente acontece na tribuna desta Casa, por parte de Deputados da Oposição, a ausência da União, em diversas atividades deste Estado. E não tem havido poder político de convencimento, de que esta comunidade do Brasil precisa ter mais respeito e que está realmente sendo instigada por uma rebeldia muito característica daqueles que se encontram isolados, órfãos abandonados e que precisam e desejam mudanças, porque vêem que os caminhos que estão propostos, não levam mais a nada.

Mas a propósito ainda do seu aparte, nós entendemos que efetivamente, quando se vê esse tratado e que nos chamou a atenção essa posição levantada, de que a obra Itaipu será em torno de 18 turbinas; uma potencialidade de cada turbina, de 715 mil quilowatts.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dá para se ter uma idéia? A previsão de 650 dólares por quilowatt-hora gerada, ou 50% deste valor, ficando a uma das altas partes contratantes no caso o Brasil, nós teríamos condições de repassar, de ficar no Paraná, milhões e milhões de dólares, anualmente, enquanto tiver vida, a hidrelétrica de Itaipu e, portanto, podendo este Estado direcionar estes investimentos para ressarcir o seu povo, ressarcir este Estado, do que estão lhe furtando a olho nu no dia claro.

Tem o aparte o Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Agradeço a Vossa Excelência. Apenas evidentemente que concordo, já tivemos aqui a participação do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho quando iniciou estes debates a nível estadual com relação ao assunto, em que todas as lideranças políticas do Paraná se agregaram para aplaudí-la em uma só voz. Mas só quero fazer um pequeno reparo, Deputado, para que as coisas não fiquem somente analisados por um ângulo do problema. Nas mesmas proporções em que perdemos terras, em que deixamos de produzir em áreas agricultáveis toneladas de grãos, que representariam “x” cruzeiros ou “x” milhões de dólares, temos que também verificar o País como um todo, sem talvez alguns regionalismos exagerados. E verificarmos que, sem analisarmos a oportunidade da construção de Itaipu, temos que verificar que é uma obra que orgulha o País hoje, em termos de ser a maior obra, do setor, em todo o mundo e que vai produzir mais de doze milhões de Kw que, sem dúvida alguma, serão importantes e fundamentais para o desenvolvimento futuro desta Nação.

Portanto, só queria fazer este reparo. Não é só o lado das perdas que sofremos, temos a implantação de uma obra. Afinal de contas, todas as coisas realizadas e feitas tem o lado positivo e negativo. A grande decisão política das coisas, é verificarmos qual será o saldo, se será mais positivo ou mais negativo. Infelizmente este potencial se encontram as nossas fron-

teiras, onde existem as terras mais férteis do mundo. Infelizmente, porque poderíamos ter construído talvez com igual capacidade uma usina em outro setor do nosso potencial imenso deste País, sem ferirmos não só estas terras que poderiam nos dar alimentos mas também inclusive o próprio Salto de Sete Quedas, que é uma das maiores belezas naturais do mundo.

Portanto, Deputado, somente para dar este reparo que existe o lado positivo da coisa. Não podemos nos esquecer simplesmente atacando ou questionando somente o lado negativo.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço seu parte, mas o que nos preocupa são exatamente todos os ângulos. Mais particularmente nesta hora, neste instante, é a ausência de uma resposta de ressarcimento ao Paraná. Isto é claro, é de justiça, é de direito e é de bom senso que um Estado como o nosso, perdendo o que está perdendo, tem que reivindicar e exigir, exatamente este retorno. E como a coisa está prevista no próprio tratado, quantidades substanciais em moeda norte-americana, em dólares, exatamente como ressarcimento, só que vai para a União, queremos a responsabilidade do Governo de fazer com que haja um repasse destes milhões de dólares, da União, para o Estado do Paraná. É o mínimo que podemos exigir, porque se a obra é importante, se ela compõe-se de um contexto maior, devemos questionar todos estes aspectos; porque estes é que são, aqui e para o Paraná, os mais importantes. De Itaipu ficamos só com ônus social. De Itaipu ficamos só com o ônus do sistema. E de Itaipu ficamos realmente deserdados de qualquer benefício direto ou indireto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua obração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Quero concluir, Sr. Presidente, porque o horário da Liderança será utilizado pelo Deputado Antônio Romero, estimulando e dando, não só por uma questão meramente partidária mas, acima de tudo, como paranaense, estimulando e dando integral apoio à esta presença muito significativa do Senador do Paraná, José Richa, de fazer com que possamos ter um compromisso da União de que no momento em que tiver a geração da energia, já começarmos a ter fundos para estes, exatamente os “royalties” correspondentes ao fundo oriundo da produção de energia, estes valores sejam repassados ao nosso Estado.

É, como disse, uma questão de honra de todos nós. E feliz o Senador do Paraná ao levantar essa questão premente enquanto é tempo.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso da palavra.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, usará da palavra o Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. “A tônica dos tecnocratas, que infestam a administração pública, tem sido a do combate aos subsídios concedidos à agricultura. Responsabilizam esses subsídios pela voragem inflacionária que nos aniquila. Vozes isoladas do setor privado fazem coro aos tecnocratas, talvez até por falta de conhecimento de causa.

Ninguém ignora que a agricultura representou, sempre no Brasil, a maior força de produção e, conseqüentemente sua maior fonte de riqueza. Agora o papel de abastecedora de gêneros alimentícios às populações urbanas, assumiu ela, de muitos anos a esta parte, a hercúlea tarefa de gerar moedas fortes, a fim de sustentar o equilíbrio de nossa balança comercial. As exportações de café, soja, algodão, milho, mamona etc., car-

reiam para o País as divisas, de que tanto necessitamos, mormente agora em que estamos ficando cada vez mais encalacrados pelo aumento rápido de nossa dívida externa. Mas, a ação da agricultura não se estanca pelo atendimento dos setores de subsistência e de exportação. Vai muito mais longe, e talvez com destaque bem maior, ao assegurar a alimentação, com matérias-primas variadas, o nosso parque industrial, em processo, infelizmente, de desnacionalização progressiva.

O Governo não abdica da sua condição de madrastra da agricultura. E persiste nessa condição tão antipática igualmente em relação à pecuária. Lavradores e criadores são vistos como parcela marginalizada da sociedade brasileira, quando, na verdade, toda a economia nacional repousa, quase que exclusivamente, em suas profícuas atividades. O meu conceito em que são tidas as classess produtoras se reflete diretamente na estabilidade de nossa economia. Quem é hostilizado e escorraçado, perde todo o estímulo em colaborar.

Um documento, apresentado, na semana passada, às autoridades da área econômica, pelo Sr. Francisco Vilela, Diretor Executivo da Comissão de Financiamento da Produção, retrata, com fidelidade, o quadro sombrio da agropecuária. O documento se baseou em observações feitas pelo autor durante viagens consecutivas, da Bahia ao Rio Grande do Sul. Ouviu queixas e sugestões, como auscultou as aspirações mais legítimas das classes produtoras. O que viu e o que ouviu consta do substancial relatório. Procuramos sintetizar as muitas técnicas abordadas, para que esta Casa tenha idéia exata do que está ocorrendo, e onde possa encontrar-se, talvez, uma das mais relevantes causas da crise em que nós nos debatemos.

A DESCAPITALIZAÇÃO do homem do campo é visível. Quanto mais produz, mais ele deve. O crescimento da dívida particular é oriundo de fatores diversos. Colocaremos, em primeiro lugar, a diferença notória entre o real custo da produção e o preço de venda do produto, a valorização desmedida da terra acompanha o ritmo alucinado da inflação. O INCRA está impondo critério e desumano na taxaço do Imposto Territorial Rural, como se o proprietário rural é que tivesse de ser penalizado pelo descalabro financeiro, e que nos levaram os tecnocratas, donos do Poder. É comum o logro de que o produtor é vítima, ao pagar, a órgãos oficiais, o preço de semente selecionada a sementes da pior qualidade, de produtividade escassa, que acarreta evidente prejuízo. O adubo e o defensivo agrícola, monopólio de multinacionais, disfarçadas, muitas vezes, em empresas com razão social brasileira, estão com o preço liberado, e, nos últimos doze meses, sofreram acréscimos que ultrapassam a casa dos 3.000%. Quem conseguiu adquirir, em outros tempos, o maquinário agrícola necessário, tropeça no preço exorbitante das peças de substituição. Quem não o tenha adquirido não poderá pensar mais em mecanização da lavoura, porque o maquinário agrícola se tornou inacessível à sua bolsa. A gasolina e o óleo diesel vão de aumento em aumento, apesar do petróleo ter sofrido baixa no mercado internacional. O Governo prefere vender a Cr\$ 29,00 o litro de gasolina para a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, e cobrar, do consumidor brasileiro, cerca de Cr\$ 66,00 do que reduzir o preço no mercado interno, e, com essa medida, contribuir para a diminuição do custo de vida. São coisas de tecnocratas, completamente fora da realidade, porque, encastelados em gabinetes luxuosos dos grandes centros, não convivem com os cruciantes problemas do dia a dia sofridos pelo produtor. A mão-de-obra se tornou escassa no meio rural, em virtude do preocupante êxodo rural para as cidades de crescente massa de trabalhadores. Ficou, em sua maior parte, no campo, o refugio de mão-de-obra, seja por inaptidão, seja por doença e depauperamento físico. No entanto, essa sobra custa caro, e mais cara fica se contratada por dia, embora a sua rentabilidade seja muito inferior ao custo que representa. Tudo isso são ingredientes que formam o custo do produto, e, quando chega a hora da comer-

cialização, os preços de mercado estão muito abaixo do custo. Quem gasta mais do que ganha estará marchando fatalmente para a descapitalização.

Prevalecia, ainda há pouco, o financiamento agrícola a juros subsidiados, como uma forma de compensação. Mas, de ano para ano, os juros estão indo num crescendo insuportável. Ninguém aguenta, no Brasil, o ônus de 45% de juros ao ano, e não aguenta, em hipótese alguma, os juros de 74% para a compra de matrizes e reprodutores, com que aperfeiçoarem-se os rebanhos bovinos.

O Governo instituiu, há pouco, para fixação dos preços mínimos dos principais produtos agrícolas, os chamados Valores Básicos de Custeio. Vejamos como esse critério sofre distorções gritantes. Para o arroz, por exemplo, o VPC, sigla malfadada de Valor Básico de Custeio, fixa a Cr\$ 800,00 a saca de 50 quilos. Mas, o mesmo Governo está importando arroz ao preço de Cr\$ 2.400,00 a saca. A importação satura o mercado, e o rizicultor não entende a política oficial de importar em época de safra, e gastar dólares lá fora quando temos o produto dentro do País. Os rizicultores, que sabem fazer contas, verificaram que o VPC estabelecido não cobre as despesas de produção, e, por isso, estão pedindo majoração do preço mínimo do arroz.

Se a reivindicação não for atendida, muitos lavradores deixarão de plantar arroz, com prejuízos para a política de abastecimento de nosso povo.

O drama do café se agravou, este ano. O cálculo do custo da saca de 60 quilos de grão motivou a intensa campanha, que se processa atualmente no Paraná, a fim de que o preço para comercialização seja fixado em Cr\$ 13.038,00. O Instituto Brasileiro do Café, o Conselho Monetário Nacional e o Ministério de Planejamento, se opõem, terminantemente, ao atendimento dessa justa reivindicação. Os cafeicultores estão dispostos a fazer uma greve branca, pela recusa de venda do produto estocado, e pelo impedimento, com seus tratores, das estradas, para que o café não circule. O preço real tem sido, no comércio, de Cr\$ 4.500,00 a Cr\$ 5.000,00, embora o IBC apregoe que o preço fixado é de um pouco mais de Cr\$ 9.000,00.

Assistimos outro episódio lamentável por ocasião da safra algodoeira. Muitos cotonicultores de Umuarama, Iporã, e Francisco Alves nos informaram que haviam adquirido sementes, supostamente selecionadas, da CAFÉ DO PARANÁ, e, no entanto, essas sementes não tinham a qualidade exigida, e sua produtividade caiu verticalmente. Além do prejuízo no volume menor da produção, o preço por arroba caiu também. Estimava-se que a arroba iria dar ao produtor cerca de Cr\$ 1.000,00. Deu-se ele por muito feliz, entretanto, quando conseguiu do beneficiador o pagamento de Cr\$ 550,00 por arroba. E o pior é que o Governo, numa atitude antipatriótica, importou algodão na mesma época da nossa safra.

O gado leiteiro depende de um tratamento sofisticado, base de rações vitaminadas, de instalações custosas de uma assistência profilática perfeita, à custa da aplicação de medicamentos para o combate a pragas e a doenças. Temos de contar, além disso, com mão-de-obra especializada, e, por isso, mais cara, e com crédito bancário a juros impraticáveis. Ao vender o seu produto, o leiteiro vende-o sem classificação, e o preço que alcança, mais ou menos de Cr\$ 29,00 o litro, — está muito aquém do custo da produção. Quem lucra é o laticínio, com a cumplicidade do Governo. O industrial do leite, vinculado à política das multinacionais do setor, como a Nestlé, consegue extrair da matéria-prima diversos tipos de leite (A, B, C e Especial), como dela retira o necessário para o fabrico de queijos, de manteiga, e de iogurt. Todos esses derivados asseguram ao industrial lucro altamente compensador, enquanto nas duas pontas, ficam os grandes explorados, — numa ponta, o produtor espoliado, e, noutra ponta, o consumidor sem defesa.

A verdade é que o leite, alimento essencial para o organis-

mo da criança, não figura mais na mesa do pobre. Qual o operário salário-mínimo em condições de pagar Cr\$ 43,00 por um litro de leite? Qual o chefe de família da classe média, com muitos filhos, em condições de suportar o preço, ameaçado de nova majoração em julho, do leite A, e quanto mais do leite especial, ardil da multinacional para ganhar mais à nossa custa?

Fala-se que vamos incentivar a exportação do leite em pó. Se vamos fazê-lo, é porque há excedente de produto no mercado interno.

Mas, ao verificarmos que o brasileiro está cada vez mais subnutrido, temos de concluir que não há excedente do produto, e sim falta de poder aquisitivo ao nosso povo, para consumi-lo.

A situação pois, é bem outra. Enquanto o Governo se rejubila com o ingresso de mais um item no quadro de nossas exportações, o nosso coração se confrange, ao ver que a nossa gente se torna anêmica, amarelada e doentia por viver permanente regime de fome.

Urge que o Governo mude de orientação. Que pense mais em termos de Brasil do que de interesses de multinacionais. Que não mate a galinha dos ovos de ouro, representada pela agricultura e pela pecuária.

O homem do campo carece de preço justo, de crédito suficiente e juros subsidiados, de assistência técnica eficiente, de amparo seguro quando for vítima de rigoroso inverno, de estiagem ou do excesso de chuvas que prejudicam sua produção.

É preciso que a política agrícola saia das mãos inexperientes dos tecnocratas, e seja colocada em mãos de quem entende realmente do assunto.

Enquanto isso não acontecer, viveremos sempre em crise e com o custo de vida a sacrificar impiedosamente as classes de baixa renda”.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência, Deputado, para cumprimentá-lo por trazer novamente a esta Casa um assunto que tem monopolizado todos os Deputados, todos os partidos, nos últimos tempos, nesta Assembléia, porque nós paranaenses, sentimos na carne o grave problema que se abate sobre a agricultura, em especial, a cafeicultura do Paraná.

E Vossa Excelência hoje, ratifica esta posição dos agricultores do café, do preço mínimo de Cr\$ 13.000,00, quando o Conselho Monetário Nacional deverá se reunir na próxima semana e ao que tudo indica, Deputado, lamentavelmente, as notícias que temos de Brasília são as mais negativas possíveis, porque nos parece que o Governo Federal não irá conceder ao cafeicultor aquele preço justo, provado e comprovado através dos custos de produção, que seria o mínimo, indispensável, para fazer face ao seu custo de produção e remunerá-lo adequadamente pelo ano de trabalho prestado à agricultura.

Portanto, Deputado, meus parabéns a Vossa Excelência que traz à tribuna da Casa, este pronunciamento que faz, novamente a reivindicação, o protesto do Paraná, o pedido do Paraná, o pedido do cafeicultor paranaense, para que o Governo Federal através do Conselho Monetário Nacional, ouça e abra os olhos, para que possa remunerar medianamente, porque esse preço de garantia solicitado não é para o barão do antigo café, o barão do café chamado, que realmente, tinha as grandes fazendas e possuía grandes riquezas, hoje, é o pequeno agricultor, é o pequeno sitante que tem lavoura de café e precisa desesperadamente de um preço que permita que ele se mantenha na atividade para a segurança dele e sua família, e também do País, que no último ano, teve mais ou quase, três bilhões de dólares de receita com o café.

Parabéns a Vossa Excelência, e muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao ora-

dor, que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. ROMERO FILHO — Tenho que agradecer o aparte do nobre Deputado Gabriel Sampaio, sabedores que somos do seu trabalho, da sua luta pelo preço mínimo do café. Temos que agradecer este aparte.

Sr. Presidente, pedimos considerar nosso pronunciamento como lido, por falta de tempo.

Nosso muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Em nome do Partido Popular, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pretendemos apenas fazer um breve registro desta tribuna.

Ocorre que, em data de ontem, recebemos uma chamada telefônica do Vereador Takechi Maeda, residente na cidade de Castro, relatando sua preocupação pelo futuro dos produtores do setor horti-fruti-granjeiro em nosso Estado, dadas as notícias que foram anunciadas e já são do domínio público.

A inclusão dos produtos horti-fruti-granjeiros, na relação daqueles que estão sendo visados para perderem os benefícios da isenção do ICM, foi recebido de forma profundamente negativa.

Visando aumentar os orçamentos estaduais e queixando-se de que uma parcela elevada de isenções de ICM precisa ser recuperada, Secretários de Fazenda da região Centro Sul, vão levar no próximo dia 02 de julho as suas sugestões na reunião do CONPAZ — Conselho de Política Fazendária, que se reúne em Brasília, e dentre as sugestões preconizadas pelos Secretários da Região Centro-Sul, estaria a de acabar com todas as isenções do ICM para cerca de 200 produtos, dentre os quais, lamentavelmente, estão os horti-fruti-granjeiros.

Na área oficial, já surgiram as primeiras resistências, conforme pronunciamentos feitos ontem, por Mário Pécora, por Carlos Viacava e pelo próprio Ministro, todos opondo-se à tese levantada, buscando a retirada das isenções de ICM.

Os contribuintes e a classe empresarial também reagem. Na verdade, o mais grave do pretendido é a retirada da isenção do ICM no tocante especificamente aos produtos horti-fruti-granjeiros. Além de tudo que se conhece nesta faixa, merece lembrar que além de englobarem produtos altamente perecíveis, cujo mercado é regulado pela oferta e procura, são ainda os que mais sofrem as variações climáticas.

Ali está localizada, na verdade, a classe dos minifundiários. Já massacrada com juros extorsivos, já massacrada pelos pesados preços de insumos. Medida desta natureza, viria atingir os dois extremos: de um lado, o produtor; do outro, o consumidor. Como sempre, o intermediário escapa sem arranhão algum.

Com enérgica reação havida ontem, especialmente do Ministro da Fazenda, houve uma esperança maior da parte dos produtores.

Ontem mesmo, autoridades locais já explicavam que na retirada preconizada do ICM ou da isenção, os produtos horti-fruti-granjeiros seriam os últimos a serem atingidos, o que, em última análise, já serve pelo menos como consolo.

Registramos nesta tribuna, a nossa preocupação e o nosso apelo, para que não se cometa esse crime. Esperamos que não se pretenda aumentar orçamentos, à custa de mais este sacrifício. Vamos aguardar que o próprio Governador Ney Braga se posicione contra tal medida, e que possa estar entre os defensores da causa dos produtos da área dos horti-fruti-granjeiros, por demais sofridos, por demais machucados pelos altos juros e pelos preços elevados dos insumos.

Era o registro, Sr. Presidente, que gostaríamos de fazer. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é

reservado.

Tendo declinado, em nome do PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados

O País, e especialmente a classe política, vêm acompanhando com interesse bastante acentuado, o encaminhamento das reformas eleitorais, e ao mesmo tempo, com uma intensidade muito grande, projetando este acompanhamento para as eleições de 1982.

Tem se falado muito sobre a instituição de sublegenda para as eleições governamentais, como se fala também sobre a proibição das coligações partidárias.

E, um dos aspectos que mais tem motivado a classe política, se refere à instituição do voto facultativo. Matéria sem dúvida polêmica, que já tem despertado inúmeras discussões em todo o País.

Historicamente, constatamos que vários países do mundo adotam o voto facultativo, há algum tempo. Doutrinariamente, existe uma polêmica das mais acentuadas. Se o voto deve ser encarado como um direito, ou se o voto deve ser encarado como uma obrigação.

Mesmo que falando no Horário da Liderança do meu Partido, quero assumir uma posição pessoal, favorável à instituição do voto facultativo, por um impulso de convicção pessoal, e por me engajar na corrente daqueles que entendem ser o voto um direito e não uma obrigação legal.

Um direito que acaba por consubstanciar também a soberania do cidadão no momento de decidir; porque o voto significa a manifestação do pensamento.

É através do voto que o eleitor se faz ouvir; é através do voto que o eleitor pode influir nas decisões governamentais; é através do voto livre, consciente, que o eleitor pode colocar, nos Parlamentos, as pessoas que têm mais afinidade com suas idéias.

No momento em que o voto tem este caráter de obrigatoriedade, é como que privar o eleitor desta liberdade intrínseca tão importante, que significa o próprio ato de julgar conveniente ou não, o exercício de seu direito de votar.

Portanto, já me antecipo para dizer que não venho à tribuna para fazer alguma colocação partidária, mas venho sim, à tribuna, para defender uma convicção pessoal e para deixar, como contribuição para o debate nesta Casa, um tema que deve ser exaustivamente discutido.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Agradeço o aparte, e Vossa Excelência dá o ensejo ao debate.

E, como nossa posição já é contrária ao seu pensamento queremos alinhar algumas coisas, porque entendemos que hoje, no Brasil, o voto ainda deve ser obrigatório. Por que voto obrigatório no Brasil em 1982?

Por várias razões, a destacar primeiro, depois de 17 anos, quando não tivemos eleição para o Governo do Estado, portanto uma eleição básica, porque muda e é Executivo, uma eleição que não é como que para Deputado que vota em quem não tem poder, e por não termos nestes últimos anos, a possibilidade para amplo debate para discutir as questões fundamentais de cada Estado e para o Brasil, por não ter se levado ao nosso povo todas as alternativas que ele poderia ao menos buscar através de novos caminhos que viesse a exercer, é óbvio, que em torno disto entendemos que o voto deva ser ainda obrigatório. Porque, se estivéssemos numa fase do Brasil com amplas liberdades, com a plena democracia, em que o debate estivesse nas universidades, nas ruas, nas casas, nas escolas, teríamos hoje, com toda e absoluta certeza, possibilidade de até aprovar e implantar um voto facultativo em nosso Brasil.

Mas, pelas características políticas que estamos vivendo, pelas peculiaridades dos últimos anos em que o Brasil passou, não temos dúvida que deveríamos ter ainda uma fase de voto obrigatório.

E, o argumento que Vossa Excelência traz, de que o voto deva ser direito e não dever, digo que o voto seria as duas coisas. Exatamente o direito de votar ou não, porque para isto existe até a possibilidade de anular o voto ou fazer com que, comparecendo às urnas, ele dê seu voto em branco. Porque, o que precisamos hoje no Brasil, é efetivamente a sentença popular. Quem não quiser votar em alguém, que vote em branco mas que exerça este seu direito.

Ou que faça seu voto nulo, porque aí sim, também seria uma maneira de entendermos qual a disponibilidade, a pretensão dessa parcela do eleitorado que viesse votar em branco, no caso.

Por essas e outras razões, e porque não quero me alongar, e como esse assunto por certo irá gerar muito debate, e voltaremos a ele com mais detalhes, encerro aqui dizendo que a nossa posição é muito clara, de ser favorável ao voto obrigatório, pelo menos por alguns anos no Brasil, até que o povo efetivamente tenha como, por exemplo, teve agora o povo francês, mesmo com o voto não obrigatório, teve vontade de votar em cima de propostas, de debates, de mudanças substanciais que estavam sendo colocadas à disposição daquela nação.

Mas, num país como o nosso, em que temos a “Lei Falcão”, em que se impede, conforme proposta absurda — na minha opinião vergonhosa — coligações num regime democrático, impedir coligações, criar-se o pluripartidarismo, e colocar-se sublegendas, não se definir, efetivamente, aqui e agora, a questão da Lei Falcão, quando os programas de debates são programados para depois das 23 horas, quando 90 por cento da população já está dormindo.

Por que?

Porque o trabalhador, a grande maioria esmagadora do Brasil, é composta por trabalhadores, começa cedo seu trabalho e vai descansar às 20:30, 21 horas.

Num País como o nosso, em que há, direta e indiretamente o cerceamento ao grande debate político que o País necessita, é preciso ainda o voto obrigatório.

É preciso ainda que tenhamos condições de evoluir para, depois, o País ter o estágio tal de desenvolvimento político, possamos ter o voto facultativo, nos aspectos que queiram levantar.

Aqui e agora, entendemos que é muito cedo.

Mas, voltaremos ao assunto e agradecemos a oportunidade do aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Nobre Deputado, Vossa Excelência sabe que as oposições brasileiras têm defendido, com frequência, o grau de politização do povo brasileiro, quando reclama eleições.

Concordamos com essa tese quando achamos que o povo, efetivamente, está pronto, preparado e em condições de votar.

Mas, a colocação que Vossa Excelência faz a este Plenário, me faz lembrar daquilo em que pregavam os legisladores da Revolução Francesa, que pregavam a igualdade entre todos, mas que, no entanto, estabeleciam alguns critérios entre os que podiam mandar e os que deveriam ser mandados.

O voto facultativo, ao meu ver, traz outros benefícios à população brasileira como um todo.

A extensão do voto ao analfabeto, significa a igualdade de oportunidade para todos neste País, onde o processo educacional está cada vez mais elitizado. E onde as oportunidades para alfabetização estão cada vez mais estreitas. E Vossa Excelência sabe tão bem quanto este Deputado e outros que têm

assento nesta Casa, que constitucionalmente hoje é a única restrição àqueles que são, juridicamente capazes e àqueles que são mentalmente sadios, restrição ao direito de votar aos analfabetos. Porque, as mulheres brasileiras, com a Constituição de 1946, adquiriram o pleno direito de votar, igualando-se numa exogamia perfeita, entre os homens, para esse exercício maior que qualquer cidadão deve ter, deve possuir, para poder consolidar a sua própria cidadania.

Então, não entenda Vossa Excelência, não entendam os Srs. Deputados, este, como um pronunciamento em socorro de qualquer atitude que pretende beneficiar o Governo nas eleições de 1982. Queremos, isto sim, a democratização do voto.

Queremos, isto sim, que o nosso eleitor vá às urnas consciente de que pode decidir, consciente de que vai influir, consciente de que vai colocar no Governo aquele que mais se afinar com suas idéias.

E Vossa Excelência não encontrará uma única palavra pronunciada por este Deputado, negando, por exemplo, a alternância no Poder. Até porque entendemos que é prática democrática a alternância no Poder.

Mas, não posso, absolutamente, aceitar a atitude passiva, nesta hora, em relação a este assunto, sob pena de se considerar este Deputado, ou outros que se engajem nesta tese, de que o voto facultativo significa hoje uma vantagem para o Partido Democrático Social.

Vou mais além, ilustres Deputados. Tenho até minhas dúvidas se os beneficiários do voto facultativo serão os nossos correligionários, os nossos companheiros de Partido, porque sabem Vossas Excelências que nos grandes centros urbanos é que se encontram os maiores eleitores quantitativamente e nos grandes centros urbanos exatamente é que se encontram aqueles que têm sustentado as votações mais expressivas da Oposição.

Mas queremos nos atirar nesta luta, de peito aberto, com tranquilidade, porque sabemos e porque temos consciência de que nem mesmo esta adversidade do grande centro urbano poderá trazer algum tipo de preocupação para o nosso Partido.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência, Deputado, me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei tão logo possa concluir meu raciocínio, com muito prazer.

Então vejam Vossas Excelências, que mesmo que por coincidência a instituição hoje do voto facultativo possa parecer alguma benesse para o Partido do Governo, devemos entender que este processo é na verdade, a democratização maior do direito de votar.

Não queremos que o nosso povo vá às urnas constrangido por sanções penais, constrangido por sanções previstas na legislação eleitoral, mas queremos, isto sim, que ele vá, com o caráter superior de realmente participar, de realmente honrar a democracia que se quer para esse País, e essa democracia há de comportar na sua plenitude, a espontaneidade do voto que é tão importante quanto a atuação ativa de qualquer um dos Srs. políticos, e talvez tenhamos, Srs. Deputados, isto sim, uma grande decepção e em decorrência dela, uma grande frustração: a constatação de que o povo deste País está acreditando pouco nos políticos e será uma oportunidade para que nos entusiasmemos mais e nos conscientizemos de que devemos desenvolver um trabalho no sentido de restaurar esta credibilidade popular na classe política brasileira.

Concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço a Vossa Excelência, e realmente, o assunto, além de palpitante, traz a esta Casa um debate de alto nível, quando se discute o problema consen-

tâneo com o nosso impasse da vida político-partidário e institucional do País.

O voto facultativo, Deputado Airton Cordeiro, realmente é o atrativo para a certificação do regime democrático mas quando se fala verdadeiramente em regime democrático. Poderia até esta liberalidade ser praticada no Brasil, mas não no confronto, no cotejo da vigência da Lei Falcão, da Lei de Segurança Nacional, dos impedimentos, das franquias abertas e democráticas que a Constituição poderia prever e valer.

Mas, essa questão do voto facultativo, vai ensinar, conquanto muitos Deputados do seu Partido desejem outra prática.

Vai ensinar a presença maciça do poder econômico, vai facultar aos Poderes Executivos de todas as fronteiras, a mobilização do funcionalismo público, ainda que veladamente, em benefício do próprio poder dominante.

Por essa razão é que nesta quadra dos acontecimentos nós, do PMDB pretendemos, além do voto do analfabeto, que é uma pessoa que concorre para o engrandecimento do País, através da sua força de trabalho, o voto, além de tudo, tem o problema do voto vinculado aí, que precisa ser discutido. Mas o facultativo, tem todos esses meandros para serem analisados. Somos favoráveis, não nesta quadra, mas quando se instalar uma democracia sincera, honesta, franca, aberta, livre para todos os Partidos praticarem-na, estaremos defendendo também com liberdade, mas primeiro liberdade.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concluirei, Sr. Presidente, apenas respondendo ao Deputado Fidelcino Tolentino que a democracia se materializa com eleições. O Brasil terá suas eleições no próximo ano.

Este Parlamento será renovado pelas eleições, o Governador do Paraná será eleito através de uma eleição direta; o Senado da República será renovado; a Câmara Federal também, as Prefeituras Municipais e as Câmaras Municipais, da mesma forma.

A democracia que este País já tem, apesar de não ser plena e de não ser absoluta, comporta portanto, o voto facultativo, que é a forma mais democrática de se externar o pensamento sem que haja alguma imposição legal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Sr. Hamilton Martins, Prefeito Municipal de Sertãoópolis.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, devidamente apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 162/80, que declara de utilidade pública o "Hospital e Maternidade Anita Canet", com sede na Cidade de Conselheiro Mairinck e foro na Comarca

de Ibaíti. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 162/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE “ANITA CANET”, com sede na cidade de Conselheiro Mairinck.

Art. 2.º — esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 11/81, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Jacarezinho uma área de terras pertencentes ao Estado, conforme especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 11/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o poder Executivo autorizado a doar ao Município de JACAREZINHO, a área de 7.207,00 m2 de terras pertencentes ao Estado, constituída pelos lotes 1, 2 e 3, do antigo loteamento denominado Jardim Desembargador Leonel Pessoa, localizado no perímetro urbano da sede daquele município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 13/81, que declara de utilidade pública a “Creche Nice Braga”, com sede na cidade de Uraí-Pr. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 13/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CRECHE NICE BRAGA, com sede e foro na cidade de Uraí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 29/81, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra à Prefeitura Municipal de Iporã. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 29/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Iporã, a data de número 14, da Quadra 74, da planta da referida cidade, com área total de 450,00 m2, (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), havida da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda — SINOP, conforme escritura lavrada em data de 14 de novembro de 1963, transcrito no Carório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã, sob o número 447, do Livro 3, das transcrições, Talão 05, página 47, destinado à construção de edifícios públicos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 36/81, que declara de utilidade pública o “Hospital de Misericórdia São João Batista”, com sede e foro na cidade de Ibaíti. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 36/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o HOSPITAL DE MISERICÓRDIA SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na cidade de Ibaíti.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
GABRIEL SAMPAIO — Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/80, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que denomina “DEPUTADO DOMÍCIO SCARAMELLA” o Gabinete da 2ª Secretaria, da Comissão Executiva. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 19/80, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública o EDUCANDÁRIO MADRE MARIA CRUCIFIXA, com sede e foro na cidade de Francisco Alves. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 80/80, de autoria do Deputado NILSO SQUAREZI, que declara de utilidade pública ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES DO SUDOESTE DO PARANÁ — ACMSOP, com sede e foro na Município de Pato Branco. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. (Anexo Projeto de Lei nº 34/81, do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, tratando-se de matéria idêntica). — Aprovado, artigo por artigo :

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 20/81, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE CLUBES DO ESTADO DO PARANÁ — ACEPAR. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 39/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o LAR EVANGÉLICO MIRIAN, com sede e foro em Cascavel. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 40/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que revoga a Lei nº 7207, de 01 de outubro de 1979. (Divisas entre os Municípios de Maringá e Mandaguaçu). Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. — Sobre o referido projeto, emenda de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, devidamente apoiada, no seguinte teor:

EMENDA

AO PROJETO DE LEI Nº 40/81

O Art. 1.º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica revogada a Lei nº 7207, de 01 de outubro de 1979, e restabelecidas as divisas anteriores entre os Municípios de Maringá e Mandaguaçu”.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI

Apoio: GILBERTO CARVALHO, ERONDY SILVÉRIO,

Antônio Cotrim e Romero Filho.”

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o “Clube do Vovô de Maringá”, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “Associação Paranaense de Orientadores Educacionais-APOE”, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49/81, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública a “Sociedade Paranaense de Matemática”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 08/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 30/81), que eleva para o símbolo 1C, os cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4.615, e de Diretor da Penitenciária Feminina, criado pela Lei n.º 6.219, todos integrantes da Secretaria de Estado da Justiça. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 08/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Os cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba e Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4.615, de 9 de julho de 1962 e de Diretor da Penitenciária Feminina, criado pela Lei n.º 6.219, de 23 de agosto de 1.971, todos da lotação da Secretaria de Estado da Justiça, ficam elevados ao Símbolo 1C.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 08/81

O Governador do Estado, através da Mensagem n.º 30/81, de 09 do corrente mês, propõe a elevação da remuneração dos cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4.615, de 09 de julho de 1.962, e do Diretor da Penitenciária Feminina, criado pela Lei n.º 6.219, de 23 de agosto de 1.971, todos integrantes da Secretaria de Estado da Justiça.

Os referidos cargos, excluído o de Diretor da Colônia Penal Agrícola que atualmente pertence ao Símbolo 3C, os demais estão vinculados ao Símbolo 2C.

Limitando a análise da matéria ao âmbito demarcado regimentalmente para esta Comissão, é suficiente frisar que a propositura está amparada na regra inserta nos artigos 25, § 1.º, 35 e 47, da Carta Estadual, que atribui ao Governador a reserva exclusiva de iniciativas relacionadas com vantagens e remuneração do pessoal do Poder Executivo.

Assim, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1.981.

aa) Airton Cordeiro, Presidente;
Basílio Zanusso, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 08/81

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 08/81, o presente projeto de lei tem por finalidade elevar para o Símbolo 1C os Cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Diretor da Colônia Penal Agrícola e de Diretor da Penitenciária Feminina, integrantes da Secretaria da Justiça.

Sobre a matéria houve pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que o presente projeto encontra-se perfeitamente em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1.981.

aa) Quíelise Crisóstomo, Presidente;
Del Ciel, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 08/81

Originado da Mensagem Governamental n.º 30/81, o presente projeto de lei, denota a clara intenção do Poder Executivo de conferir aos ocupantes de cargos em Comissão da Penitenciária Central do Estado, Prisão Provisória de Curitiba, Colônia Penal Agrícola e Penitenciária Feminina, vencimentos compatíveis com as suas atribuições, grau de responsabilidade, complexidade, experiência e habilitação a eles inerentes.

Indiscutível a oportunidade da medida proposta, vez que, não se desconhece o momento econômico e financeiro que atravessamos.

Assim, é de ser apoiada, integralmente, a iniciativa, razão pela qual consignamos opinião favorável à sua aprovação, o que é recomendado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1.981.

aa) Nelson Buffara, Presidente;
Jurandir Messias, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Margarida Feldman, ocorrido em São Paulo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo 26.º aniversário de fundação do Município de Umuarama. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à Itaipu Binacional, Furnas, Centrais Elétricas S.A e Eletrobrás. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.
(É feita a verificação de votação)

8 Senhores Deputados aprovam; 14 Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da Sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Senhores Presidente e Superintendente Regional do Banco do Brasil S/A., encarecendo a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Corbélia. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, apresentando apoio desta Casa à reivindicação da Micro-Região 9, que propõe a implantação de uma Escola Agropecuária, a nível de segundo grau, no Município de Maringá, conforme projeto de implantação encaminhado àquela Secretaria, pelo Prefeito de Maringá. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja endereçado ao Senhor Governador do Estado, pedido de concessão de um Abono de Emergência ao Servidor do Estado, civil e militar, da ativa e aposentado, a fim de fazer face às distorções provocadas pela incontrolável espiral de inflação que assola nosso País. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Senhor Secretário de Educação, pedido de pagamento dos vencimentos atrasados dos professores suplementaristas, a viverem, hoje, situação de extrema dificuldade. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja apresentada uma moção de apoio aos professores do Estado que reivindicam melhorias de suas condições de trabalho, também no que se refere a aposentadoria aos 25 anos de serviço. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo devolução de verba arrecadada e destinada à educação, dos diversos Estados. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de TELEX ao Senhor Presidente do B.N.H., no sentido de que este estabelecimento de crédito imobiliário reveja as prestações em atraso dos mutuários localizados no "Conjunto Samambaia" no Município de Paranaguá, Estado do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Presidente da República, sugerindo que a política de preços para o setor cafeeiro seja desvinculada do Ministério da Indústria e Comércio e fixada a outro setor competente do Governo Federal. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando aprovação de voto de repúdio ao Ministro Camilo Pena, da Indústria e Comércio, em função de seu total desconhecimento dos problemas da cafeicultura nacional. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo imediatas providências, quanto a recuperação asfáltica na PR-317, trecho Campo Mourão-Maringá. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à TELEPAR, sugerindo que seja instalado com urgência no Distrito de São Pedro, Município de Toledo, um Terminal Remoto de Telefonia ou a Central Telefônica. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Senhores Secretário de Estado dos Transportes e Governador do Estado, sugerindo que seja reiniciada a pavimentação da BR-585, estrada Toledo-Vera Cruz d'Oeste, ou que se manifestem quanto a data do início da pavimentação da mencionada rodovia. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado e a Coordenadoria Regional do INCRA, encarecendo que seja regularizado com urgência o chamado "Pouso n.º 4", também conhecido como "Pouso Palmito", situado na localidade de Cerro da Lola, no Município de Toledo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, encarecendo a atualização das Tabelas de Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo, de conformidade com o novo valor do salário-mínimo regional e de acordo com as normas contidas na página 58 do livro "Um Modelo de Gestão de Recursos Humanos" sob o título "Sistemas de Remuneração". — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Instituto de Terras e Cartografia Regional do INCRA, encarecendo providências para a regularização do chamado "Pouso n.º 4", também conhecido como "Pouso Palmito" situado na localidade de "Cerro da Lola", no Município de Toledo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de Terminal Remoto de Telefônicas ou a Central Telefônica, no Distrito de São Pedro, Município de Toledo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações sobre a previsão do início da pavimentação da PR-585, estrada Toledo-Vera Cruz d'Oeste, conforme requerimento do Vereador da Câmara Municipal de Toledo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando a instalação de Posto Avançado do Banco do Brasil S/A., em Sertaneja e Rancho Alegre. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando manifestação deste Poder Legislativo, encarecendo do Governo Federal, maior racionalização nos Transportes Coletivos Urbanos. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 31/81.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 19/80, 80/80, 20/81, 35/81, 39/81, 40/81, 45/81, 47/81 e 49/81.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8/81.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 26, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º

194/79.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 26/80 e de Resolução n.ºs 14/81, 15/81, 16/81 e 17/81.

Levanta-se a sessão.